

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os *ratings* decorrentes de classificação local e global foram extraídos de agências de *rating* (Standard&Poor's ("S&P"), Moody's, e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da S&P e Fitch Ratings. **16.3 Instrumentos financeiros derivativos: 16.3.1 Política Contábil:** A Companhia possui programa de NDF - *Non Deliverable Forward* em dólares (venda de moeda estrangeira), na modalidade de balcão, com o objetivo de proteger até 95% da exposição cambial até dezembro de 2021. Esta exposição decorre de contratos de venda de energia com cláusula de ajuste vinculada à taxa do dólar. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente mensurados ao valor justo. Derivativos são usados apenas para fins de mitigação de risco e não como investimentos especulativos. Quando os derivativos não atendem aos critérios de contabilização de *hedge*, são classificados como mantidos para negociação e contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os derivativos contratados pela Companhia são considerados como *hedge* de fluxo de caixa, relacionados a uma transação prevista altamente provável (receita de venda de energia). A parcela efetiva das alterações no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido na linha de "Outros resultados abrangentes" e é subsequentemente reclassificada para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam a demonstração de resultado. Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do exercício. **16.3.2 Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras:** Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria. A Companhia documenta, no início da operação de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, bem como seus objetivos e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* e contabilizados como *hedge accounting* são altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo ou fluxo de caixa de itens cobertos.

16.3.3 Composição:

Programas	Valor Principal em 31 de dezembro de 2020		Unidade	Valor justo em 31 de dezembro de 2019		Impacto no resultado operacional	Δ Valor justo Outros resultados abrangentes		Perda realizada	Valor justo em 31 de dezembro de 2020
<i>Hedge</i> de operações de venda de energia										
<i>Non Deliverable Forward</i>	48.000	USD Milhares		-	(44.781)		(35.785)	(41.296)		(39.270)
	48.000			-	(44.781)		(35.785)	(41.296)		(39.270)

16.4 Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia. **b) Contas a receber:** Energia Livre: estes créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações financeiras. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o cálculo do seu valor presente através de curvas de rentabilidade nas datas de encerramento. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos são desenvolvidos com base em dados da B3, Banco Central do Brasil e Bloomberg, interpolados entre os vencimentos disponíveis.

O valor presente dos contratos a termo (NDF) é estimado descontando-se o valor nominal multiplicado pela diferença entre o preço futuro na data de referência e o preço contratado. **d) Contratos futuros de energia:** Conforme detalhado na Nota 9, a Companhia realiza operações de compra e venda de energia, que são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e reavaliadas a valor justo na data do balanço. **16.5 Demonstrativo da análise de sensibilidade:** Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, contratos futuros de energia e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar, taxa de juros CDI, cupom de dólar e preços futuros de energia. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as políticas financeiras da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2020, estão descritos abaixo: **Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2020, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2021; **Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020; **Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020.

Fatores de risco

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Contratos futuros de energia	Unidade	Impactos no resultado					
					Choque nas curvas de 31/12/2020	Cenário I Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros BRL-CDI	70.232		249.442	- BRL milhares	1 bps	4	(334)	(667)	334	667
Taxas de câmbio Dólar americano	-		48.000	- USD milhares	0,54%	(100)	5.196	10.393	(5.196)	(10.393)
MTM de energia elétrica										
Valor justo	-		-	21.444 BRL milhares	21.444	(21.444)	(4.265)	12.915	(38.624)	(55.803)

Fatores de risco

Fatores de risco	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Impactos no resultado abrangente					
			Choque nas curvas de 31/12/2020	Cenário I Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros BRL-CDI	249.442	BRL milhares	1 bps	231	591	1.187	(584)	(1.163)
Cupom de dólar	48.000	USD milhares	-36 bps	1.040	(456)	(915)	455	907
Taxas de câmbio Dólar americano	48.000	USD milhares	0,54%	(1.091)	56.698	113.396	(56.698)	(113.396)

17. Seguros (não auditado): A Companhia mantém em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais e responsabilidade civil geral. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

DIRETORIA

Mario Antonio Bertoncini

Marcelo Antonio de Jesus

Carlos Alberto Dias Costa

CONTADOR

Rafael Reva
Contador - CRC 053.271/O-0 "SP"

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

CESP Comercializadora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cesp Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cesp Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa 10 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Desta forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade de estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2021



pwC
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2